



ACÓRDÃO Nº1259/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11358/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Maternidade Dona Nazira Daou
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** José Menezes Ribeiro Júnior (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5557/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade Dona Nazira Daou . Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Maternidade Dona Nazira Daou, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. José Menezes Ribeiro Júnior**, Diretor-Geral à época, nos termos dos arts. 1º, inciso II, 22, inciso II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 e arts. 188, § 1º, inciso II, e 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.
- 10.2. **Recomendar** à atual gestão da **Maternidade Dona Nazira Daou** e seus sucessores que:
 - 10.2.1. Faça o planejamento prévio dos gastos anuais para contratação dos serviços e principalmente para as compras, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando o limite para as modalidades licitatórias, em atenção ao disposto nos arts. 23, § 2º, e 24, II, da Lei nº 8.666/93;
 - 10.2.2. Realize os procedimentos licitatórios e celebre os contratos com as empresas vencedoras, observando o disposto no art. 60 da Lei nº 8.666/93.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1259/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Dar quitação ao Sr. José Menezes Ribeiro Júnior**, Diretor-Geral à época, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;
- 10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO** que adote as providências dispostas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM;
- 10.5. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais.
- 11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral